



CNM-CUT Internacional

Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 08 09.03.2005

Próximo o Congresso da FITIM

A Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (FITIM) apresentou às entidades afiliadas na semana passada a proposta de Programa de Ação e a proposta para mudança dos Estatutos. As duas propostas serão discutidas em seu Congresso, que se realizará proximamente, em menos de três meses.

Depois da reunião do Comitê Executivo da entidade que discutiu as propostas, no ultimo dia 22 de fevereiro em Genebra, elas foram colocadas na página da FITIM.

A discussão desses temas será o ponto principal do congresso da FITIM que se realizará de 22 a 26 de maio em Viena, na Áustria. No congresso os delegados vão deliberar sobre as mudanças no estatuto e elegerão a nova direção da entidade.

A proposta de mudança dos estatutos inclui provisões para melhorar a representação das mulheres e mudanças nas subscrições anuais e no sistema de votação. O Programa de Ação estabelece como, através da solidariedade internacional, a FITIM vai combater os efeitos negativos do processo de globalização e impulsionar os direitos dos trabalhadores.

Já estão abertas as inscrições para o congresso, mas muitas entidades afiliadas ainda não confirmaram a sua presença. "Eu lembro às entidades afiliadas que não poderemos garantir as acomodações para os delegados que se registraram depois de 27 de fevereiro", disse Marcello Malentacchi, secretário geral da federação.

Ele lembrou também que, segundo os estatutos da entidade, 20% da delegação deverá ser integrada por mulheres. "Melhorar a participação das mulheres na FITIM não é simplesmente uma questão de mudança das regras. As entidades afiliadas devem garantir que mulheres de sua própria direção tenham oportunidade para participar do congresso ", disse Malentacchi.

As delegadas ao congresso participarão também da Conferencia de Mulheres no dia 21 de maio.

O secretário geral da CNM-CUT, Fernando Lopes, participou da reunião de Genebra enquanto integrante da Comissão executiva da FITIM.

As propostas apresentadas pelo Comitê Executivo estão, em espanhol, nos seguintes endereços :

Programa de Accion de la FITIM 2005-2009

Borrador, Febrero de 2005

http://www.imfmetal.org/main/files/AP_2005_2009_draft_spanish.pdf

Estatutos - Cambios propuestos introducidos por la Comisión de Mociones y Estatutos - 31º Congreso Mundial de la FITIM.

http://www.imfmetal.org/main/files/Proposed_changes_RULES_Spanish.pdf

Laboratório Industrial Sindical

Foi dada a partida para a realização do Laboratório Industrial Sindical Mercosul – União Européia.

Na próxima semana (dia 15) se realizará em São Paulo a primeira reunião do Comitê de Direção Sindical do laboratório. O comitê é formado por representantes da CNM-CUT e da Federação dos Metalúrgicos das Comisiones Obreras da Espanha .

No dia seguinte (dia 16) haverá a primeira reunião do Conselho de Coordenação, que é integrado por representante de cada uma das federações que integram o laboratório : além da FM- CCOO e da CNM-CUT , a Federación de Trabajadores de la Industria y Afines de la Confederación de Trabajadores Argentinos (FeTIA-CTA). a Confederación Nacional de Trabajadores Metalúrgicos (CONSTRAMET/CUT) do Chile, a Unión Nacional de Trabajadores del Metal y Ramas Afines (UNTMRA- PIT-CNT), do Uruguay e a Federación de Trabajadores Metalúrgicos de Paraguay (FETRAMPAR).

Quem paga o lucro dos bancos

Analistas financeiros verificam que a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) vem subindo de patamar a patamar cada vez mais elevados diante da expectativa trazida pela última ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de que o aperto monetário está perto do fim. O documento divulgado da última reunião traz em tom mais brando sua política conservadora e sugere que os aumentos de juros poderão ocorrer de forma menos agressiva.

Por sua vez, os lucros bancários têm registrado altas sem precedentes. O Banco do Brasil, maior instituição financeira do país, registrou lucro líquido de R\$ 771 milhões no quarto trimestre de 2004, 21% acima dos R\$ 637 milhões verificados no mesmo período de 2003. No ano, o Banco do Brasil acumulou ganhos de R\$ 3,024 bilhões, frente aos R\$ 2,381 bilhões de 2003, ou seja, uma alta de 27%.

A segunda maior instituição financeira privada do país, o Banco Itaú registrou um lucro líquido de R\$ 1,03 bilhões no quarto trimestre de 2004, que resultou em um aumento de 20,6% com relação ao mesmo período de 2003. Para se ter idéia da lucratividade, cinco analistas financeiros escolhidos para estimarem o lucro do banco, apontavam, já otimisticamente, um resultado para R\$ 938 bilhões no período, ou seja, o banco teve uma lucratividade real 11% superior a esperada pelos analistas. No ano de 2004, o lucro do Banco Itaú foi de R\$ 3,73 bilhões, ou seja, 20% a mais do que obteve em 2003.

Os bancos de uma forma geral estão apresentando uma lucratividade superior à média dos últimos anos, alcançando em 2004 os 25%. Tal tendência tem se mostrado atrativa para várias instituições financeiras internacionais que buscam aumentar sua participação no setor.

Mesmo levando-se em conta que a política do Copom seja mais branda do que a esperada - com o aperto monetário interrompido -, a taxa de juros continua em um patamar elevado, atualmente em 18,75% ao ano, atraindo maiores investidores para o setor financeiro e especulativo de risco em detrimento do setor produtivo. Ou seja, uma política econômica dessa natureza, que desestimula a atividade econômica interna, elevando ou mantendo a taxa de juros nesse patamar, contribui também para desvalorizar o câmbio. Isso favorece as importações e desencoraja os empresários a continuar investindo nos mesmos níveis dos últimos anos pela concorrência dos produtos estrangeiros.

O mecanismo funciona assim: um dos atrativos mais importantes oferecidos ao capital financeiro é uma taxa de juros elevada, geralmente superior à média internacional. Com isso, temos uma maior quantidade de dólares entrando no país que são transformados em reais já que esses investidores compram títulos da dívida interna brasileira. Os mesmos investidores poderão também aplicar em renda variável, por exemplo, na Bolsa de Valores. Assim, a taxa de juros elevada provoca geralmente uma desaceleração dos negócios no setor produtivo, porque o mercado financeiro torna-se mais rentável, conseqüentemente abrindo uma porta para a recessão. O crescimento econômico, objetivo de qualquer política econômica, entra em colisão com os juros elevados, inviabilizando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

A taxa de juros alta é um instrumento de política monetária adotada pelos países a fim de barrar a saída de capitais externos da economia, forma essa recomendada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para ser utilizada ao lado de outras medidas de austeridade. A combinação dessas políticas geralmente tem por conseqüência a desaceleração dos investimentos em infraestrutura e o aumento do desemprego.

É importante salientar que nenhum país consegue sobreviver por muito tempo sem reduzir juros para níveis mais convenientes. O que se deve buscar não é somente um crescimento com estabilidade econômica e social, como os propostos pelas políticas neoliberalistas. Mas sim modelos de desenvolvimento sustentável, com maior participação representativa no pacto social, onde o Estado, a sociedade e o setor produtivo alcancem ganhos que permitam aumentar as exportações e melhorar distribuição de renda.

O crescimento econômico e o processo de estabilização, por mais satisfatório que possa parecer, não representarão mudanças essenciais para o país, onde as desigualdades sociais tendem a permanecer, ou mesmo aumentar. O que se busca é a conjugação de uma situação macroeconômica com sustentabilidade, onde o setor financeiro tenha sua remuneração adequada, mas com um profundo processo de mudança, que privilegie de maneira efetiva 70% da população, a parcela mais pobre da sociedade brasileira. Essa postura faria do país um ambiente com maior cidadania, maior nível de ética e qualidade de vida para todos cidadãos. (Ricardo da Silva, Professor de Mercado Financeiro no Departamento de Administração da UnB) (Jornal do Brasil, 08.03.2005)

Montadoras retomam investimento na Argentina

A Scania, que deixou de produzir caminhões na Argentina em meio à crise, em 2002, está em busca de uma área na região de Buenos Aires para construir uma fábrica, que retomará a produção de veículos da marca para o mercado doméstico ainda neste ano.

A fábrica que a companhia sueca tem hoje em Tucumán, no norte do país, receberá investimento de US\$ 20 milhões e será convertida em um centro de usinagem de peças de transmissão. O Brasil também ganhará com a decisão. A linha de produção de transmissões instalada em Tucumán, será transferida para São Bernardo do Campo (SP), a partir de 2007, segundo informou a companhia.

Antes da crise, os caminhões Scania eram fabricados em Tucumán, onde há 550 empregados. A partir da suspensão da produção, a fábrica brasileira passou a abastecer o mercado argentino.

Mas agora, com o aumento da demanda nos dois países, a capacidade de produção em São Bernardo começou a se esgotar, o que leva a montadora a retomar a produção no país vizinho. A empresa confirma as informações, mas não revela o investimento na nova unidade.

A iniciativa da Scania se soma às de outras montadoras e indica que o setor automotivo, aos poucos, começa a prestar mais atenção nas possibilidades de investimento na Argentina.

Na semana passada, a Toyota, lançou o veículo que a levou a investir US\$ 200 milhões na fábrica de Zárate (região portuária argentina) e anunciou um adicional de US\$ 20 milhões para transferir, em 2006, parte da produção de peças estampadas do Brasil para unidade argentina.

"Com o aumento da produção, a fábrica brasileira precisará da capacidade hoje dedicada à produção para a Argentina", explica o vice-presidente da Toyota Mercosul, Luis Carlos Andrade Júnior.

Ao contrário de outras empresas do setor, a Toyota nunca deixou de apostar na operação argentina. Segundo Andrade, com a crise, a empresa tinha que escolher entre continuar investindo na unidade ou fecha-la. "Mas a Toyota nunca fechou nenhuma fábrica no mundo porque não faz parte da cultura da companhia", explica o executivo.

A Volkswagen se prepara para produzir novo modelo na fábrica de General Pacheco, província de Buenos Aires, a partir de 2006. Com investimento de US\$ 100 milhões, o carro será uma versão derivada do Fox montado no Paraná.

Outra montadora que volta a investir na Argentina é a Peugeot. Numa estratégia de distribuição da produção na América do Sul por linhas de montagem, a empresa francesa decidiu concentrar no Brasil a família dos carros compactos, o modelo 206, e ter no outro lado da fronteira a linha de produção do 307, um modelo maior e mais caro.

A Ford também manteve a distribuição de produtos entre os dois países, apesar da crise. Já a fábrica da Fiat, em Córdoba, já faz mais de três anos que não produz um único veículo. A unidade se dedica hoje à fabricação de motores. A General Motors fechou uma das duas fábricas argentinas durante a crise e hoje mantém naquele país a produção do modelo antigo do Corsa.

Mas a recuperação do mercado argentino também elevou a exportação das montadoras no Brasil. A DaimlerChrysler, que produz a van Sprinter na Argentina, registrou um aumento de 177% nas exportações de caminhões e ônibus do Brasil para o país vizinho em 2004.

Em 2002, quando a Argentina desistiu da paridade cambial com o dólar, foram vendidos no país 82 mil veículos. No ano passado, foram vendidos 290 mil veículos e para este ano as previsões oscilam entre 310 a 340 mil unidades. O auge foi em 1994, com a venda de 508 mil unidades. (Marli Olmos) (Valor Econômico, 07.03.2005)

Mercosul registra recorde de exportações em 2004

Os países do Mercosul, o bloco comercial integrado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, registraram em conjunto em 2004 um recorde de US\$ 135,6 bilhões em exportações, 27,9% a mais do que no ano anterior, informou neste sábado o Centro de Estudos Portenho (CEB).

De acordo com o CEB, ligado ao governo da província de Buenos Aires, do total do crescimento das exportações do Mercosul, 15,5% corresponderam a colocações intra-zona e os 84,5% restantes, a vendas extra-zona.

O Brasil concentrou 71,1% do total exportado pelos membros do Mercosul e contribuiu em 79% na soma global das vendas do bloco.

Já o intercâmbio entre os sócios do Mercosul cresceu 35,8% no ano passado em comparação a 2003, completou o CEB. (AFP) (Diário do Grande ABC, 05.03.2005)

IBS critica tarifa zero para aço

A decisão do governo de reduzir a zero a alíquota de importação de 15 tipos de produtos siderúrgicos - basicamente aços planos - foi considerada injusta e contrária aos interesses do País pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS). Em nota divulgada ontem, a entidade que representa as siderúrgicas, disse estar inconformada com a medida.

Na opinião do instituto, o episódio revela uma subversão da lógica do mercado em benefício de setores específicos que se beneficiam de tarifas protecionistas de até 35% para seus produtos, como é o caso do setor automotivo. "Se o objetivo do governo é impedir a alta dos preços do aço ao consumidor final, seria mais coerente reduzir a alíquota de importação em toda a cadeia, incluindo aí o segmento de veículos, e não só o da matéria-prima", afirma a entidade.

A avaliação do IBS é de que a redução das alíquotas do aço tem como objetivo facilitar as importações para contenção de preços internos, mas destaca que os principais setores beneficiados poderiam realizar importações sob o regime de draw-back, com isenção de impostos, em volumes acima de 2 milhões de toneladas por ano. "Por que não o fizeram se havia desabastecimento ou problemas de competitividade?", indaga. A entidade afirma ainda que as importações totais de aço do País apresentaram queda no ano passado, situando-se em menos de 600 mil toneladas.

O IBS destaca que, ao contrário do que vem sendo afirmado, não há qualquer indicação concreta de desabastecimento de aço àqueles setores e ressalta que em 2004 a siderurgia reduziu em 7,7% suas exportações e aumentou em 15,5% as vendas internas, mantendo assim o mercado doméstico abastecido e os estoques da rede distribuidora em níveis normais. "Tanto que, no final do ano, empresas do setor automotivo, por exemplo, efetuaram leilão para revenda de aço indicando excesso de estoque e despreocupação com abastecimento futuro", diz a nota.

No que se refere à questão dos preços, o IBS assinala que os ganhos da siderurgia têm caráter cíclico e que os resultados do ano passado foram resultado de uma conjuntura rara na história do setor. "É preciso levar em conta, também, que as principais matérias-primas da siderurgia têm seus preços referenciados aos níveis internacionais, como é o caso do carvão metalúrgico, minério de ferro, ferro-gusa, ferroligas, zinco estanho e níquel (não-ferrosos) usados para revestimentos e ligas, além dos combustíveis e fretes, intensamente utilizados pelo setor", destaca. (*Tribuna da Imprensa, 09.03.2005*)

Alta do aço dobra o lucro das siderúrgicas

Ganho de nove empresas do setor que já divulgaram balanço atinge R\$ 9,852 bi em 2004; setor é o mais rentável do ano

Beneficiadas pela forte alta do aço, as siderúrgicas nunca lucraram tanto como em 2004. O lucro de um conjunto de nove empresas do setor que já divulgaram seus balanços somou R\$ 9,852 bilhões, recorde histórico do setor.

A cifra é 96,3% superior ao resultado de 2003 (R\$ 5,019 bilhões), já descontando a inflação do período, segundo levantamento da Economática, feito a pedido da Folha.

Com uma conjuntura favorável que combinou preços em alta e demanda mundial pelo produto superaquecida, as empresas do setor foram as mais rentáveis em 2004. A rentabilidade média foi de 36,4%, contra 20,9% de 2003. Superou a de ramos como petróleo (leia-se Petrobras) e bancos, que costumam encabeçar a lista.

Einar Rivero, coordenador da Economática para América Latina, diz que os dados "são ainda mais expressivos" porque 2003 já havia sido um ano de lucro recorde do setor, também impulsionado por preços em alta.

Das nove companhias analisadas, sete tiveram os maiores ganhos de sua história em 2004. Os destaques foram Usiminas, Gerdau e CST, com lucros de R\$ 3,019 bilhões, R\$ 2,831 bilhões e R\$ 1,624 bilhão, respectivamente. Embora não tenha sido o maior da história, o lucro da CSN também foi bilionário: atingiu R\$ 1,982 bilhão.

(...) Para Rivero, além da alta dos preços internacionais do aço, a queda do dólar também ajudou a alavancar os resultados do setor. É que o dólar mais baixo reduziu as despesas financeiras das empresas (pagamento de juros de empréstimos, especialmente), já que a maior parte das dívidas das companhias está referenciada em moeda estrangeira.

Um dos produtos mais exportados pelo setor, a placa de aço, subiu 114% em 2004, segundo ela. No Brasil, o preço médio do aço no Brasil subiu 57%, de acordo com a FGV (Fundação Getúlio Vargas). (...) Ao justificar o aumento do aço, o IBS afirmou que vários insumos utilizados em sua produção, também cotados no mercado internacional, tiveram fortes reajustes. Citou carvão e minério de ferro. (*Pedro Soares, da Sucursal do Rio (Folha de S.Paulo, 09.03.2005)*)

Um ano de política industrial

Em mais alguns dias, a nova política industrial brasileira irá comemorar seu primeiro aniversário. Divulgada em 31 de março passado, certamente é muito cedo para qualquer avaliação substantiva de seus resultados. Isso porque, diferentemente das políticas econômicas de curto prazo, como a monetária, a cambial ou a fiscal, a política industrial é imaterial em suas metas, difusa em seus instrumentos e intangível em seus efeitos. Também é da natureza da política industrial dispersar-se não somente em uma grande variedade de ações, mas também em uma miríade de instituições. Acima de tudo, a política industrial é de longo prazo de maturação porque exige uma engenharia institucional cuja construção é complexa e gradual. Mas é justamente nesse plano que faltam, ou estão menos visíveis, progressos nesse primeiro ano de implantação da nova política.

A atual Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do governo federal (PITCE) contempla onze linhas de ação, desdobradas em cerca de 50 programas. Em consonância com as melhores práticas internacionais, o governo optou por uma concepção de política industrial híbrida, pragmática, abarcando ações horizontais e verticais, isto é, medidas concebidas para o conjunto da atividade produtiva e programas específicos para setores industriais selecionados, igualmente específicos.

Porém, o desenho da PITCE apresenta uma nítida assimetria. Na dimensão vertical, a política apóia-se em um projeto claro, voltado para um elenco de setores escolhidos como estratégicos, objetivamente enunciados: bens de capital, semicondutores, software e farmacêutica, além da referência a tecnologias ditas portadoras de futuro - biotecnologia, nanotecnologia e biomassa. Embora haja uma certa diversidade de justificativas - e também de críticas - às escolhas feitas, é inegável o caráter estratégico desse conjunto de setores. Bens de capital, semicondutores e software partilham a característica de formarem a base tecnológica da indústria contemporânea, enquanto as tecnologias privilegiadas correspondem a reais janelas de oportunidade para o desenvolvimento tecnológico brasileiro. Adicionalmente, esses setores encadeiam tecnologia e inovação pelo restante da atividade produtiva, ou seja, os ganhos a serem alcançados irão se refletir em aumento da eficiência de todos os demais ramos.

Lamentavelmente, não se pode dizer o mesmo da dimensão horizontal, ou sistêmica, da PITCE. Nesse plano, a política mostra pequeno alcance e quase nenhuma densidade, pois carece de uma visão estratégica sobre o desenvolvimento de longo prazo das forças produtivas do país. Medidas de redução tributária, financiamento pontual ao investimento ou simplificação burocrática são sempre bem-vindas, mas não passam de paliativos quando contrastadas com o muito que há por fazer no terreno do fomento industrial.

Falta à PITCE a percepção de que o enfrentamento da heterogeneidade crescente da matriz produtiva brasileira - que inclui a informalidade como uma de suas principais dimensões - deve ser a linha mestra de uma política industrial que se pretenda ajustada à realidade brasileira. Isso significa a necessidade de definir um duplo alvo móvel para a PITCE: uma política de inovação que favoreça a redução do hiato tecnológico entre as empresas líderes nacionais e internacionais e uma política de modernização para as demais empresas, que reduza as disparidades nas capacitações produtiva e tecnológica entre essas e as líderes nacionais.

Programa tem clareza setorial, mas carece de visão de longo prazo sobre o desenvolvimento das forças produtivas

Para lidar com esse desafio, a PITCE não pode limitar-se a atacar o problema pelo lado da oferta, ou seja, estimulando a produção. É necessário garantir mercado para estes produtos, pois, do contrário, haverá o risco de desinteresse dos investidores por novos empreendimentos, caso em que a política, então, tenderá a não sair do papel.

Como sugere o professor Rodrik, da Universidade de Harvard, a evidência histórica internacional mostra que a virada para o desenvolvimento econômico depende de um elenco de mudanças políticas relativamente estreito mas que sempre incluem inovações institucionais que, por seu turno, não são transplantáveis de outros países. No caso brasileiro, é necessário encontrar um modelo próprio que reorganize e articule as chamadas instituições intermediárias - o grande número de atores públicos, semi-públicos ou privados que integram os diversos sistemas como o financeiro, educacional, infra-estrutura, ciência e tecnologia e qualidade industrial - que, na prática, instrumentalizam a política industrial.

Há na história recente da política industrial brasileira uma experiência de construção institucional que parece interessante resgatar: os Núcleos de Articulação Industrial (NAIs). Criados nas empresas estatais em 1975, como parte do esforço de produção local de bens de capital, os NAIs eram instâncias de geração e circulação de informações sobre demanda, oferta, especificações técnicas e outros dados relevantes para a coordenação das decisões de produção e investimento.

Embora tenham sido criados tardiamente, já às portas da crise econômica do final dos anos 1970, os NAIs constituíram um instrumento engenhoso que, nas avaliações disponíveis, mostrou-se eficaz no cumprimento de seus objetivos.

Obviamente, em um formato contemporâneo, os NAIs não deveriam ficar restritos às empresas estatais, ao setor de bens de capital e nem muito menos buscarem objetivos de substituição de importações. Ao contrário, deveria ser estimulada a sua criação nas empresas, sejam elas privadas nacionais, multinacionais ou estatais, e em todos os ramos de atividade. Os NAIs poderiam ser integrados em redes nacionais, locais ou setoriais, propiciando uma instância de mobilização do poder de compra dessas empresas e de interlocução com os tomadores de decisão que poderia contribuir decisivamente para a operacionalização da política.

Não é exagero afirmar que mais difícil que conceber uma política industrial é colocá-la em prática. A julgar pelo seu primeiro ano de existência, percebe-se, na atual política industrial, uma grande atenção para as ações e imposições públicas e uma menor ênfase na questão institucional. Essa característica do que se chama "política de comando e controle" sugere que a PITCE vem sendo implantada como um projeto de governo. Nessa fase inicial é relativamente fácil avançar, pois a política de terra arrasada levada a cabo durante quase quinze anos deixou amplos espaços para a política industrial preencher. Para ir mais longe, porém, é necessário transformar a PITCE em um projeto de sociedade. Colunista David Kupfer

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ-www.ie.ufrj.br/gic - gic@ie.ufrj.br). (Valor Econômico, 07.03.2005)

N.º 2 do Itamaraty ataca política industrial

Polêmico por suas idéias e temido pelo fato de ocupar o segundo posto no Itamaraty, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães mantém uma posição crítica à linha neoliberal e à política industrial adotadas pelo mesmo governo que o cultua como uma espécie de herói. Distribuído para seus amigos e colaboradores por meio da Internet no segundo semestre do ano passado, e ainda em circulação na Esplanada dos Ministérios, o ensaio O Cortiço: População e Desemprego traz sua profecia de que a violência e a informalidade tornarão impossível a lógica capitalista no Brasil.

Para fugir a esse destino, receita o diplomata, o País deveria pôr em prática uma política industrial com os objetivos de criar empregos - de preferência, sem qualificação - e impulsionar setores intensivos em mão-de-obra. Também se posiciona contra a flexibilização das leis do trabalho, projeto que o governo Luiz Inácio Lula da Silva ainda não concluiu.

O texto começou a ser distribuído na mesma época da divulgação da nova política industrial do governo Lula, que está centrada no aumento da competitividade dos setores produtivos do País e na atração de investimentos estrangeiros para segmentos de tecnologia de ponta. A geração de empregos foi um dos fundamentos na elaboração da nova política, mas suas premissas estavam assentadas na lógica do desenvolvimento industrial no cenário mundial de elevada competição tecnológica.

"A revisão desse enfoque abstencionista de política tecnológica e industrial e de ativa regressão da legislação de trabalho e de emprego se torna cada vez mais urgente", enfatiza ele. "(...) Caso contrário, ainda que setores específicos do sistema industrial possam vir a atingir altos níveis de competitividade e que segmentos restritos da sociedade possam vir a alcançar altos níveis de renda, a situação social pode vir a ser de tal natureza que a própria essência do capitalismo, que é a possibilidade de auferir lucro com a atividade econômica legítima, e mais ainda, de usufruir deste lucro de forma tranqüila, pode se tornar impossível."

O embaixador parte de três princípios questionáveis: que os desempregados do setor privado quase sempre recaem em atividades ilícitas ou informais, que os roubos e os seqüestros são uma "redistribuição forçada da renda" e que o liberalismo pressupõe o total "alheamento" do Estado sobre o desenvolvimento econômico.

Exercício de reflexão, o texto indica que o Brasil, dado o despreparo de sua mão-de-obra e o descompasso com os avanços tecnológicos dos países mais ricos, não deveria importar as fórmulas de desenvolvimento industrial do mundo desenvolvido nem as receitas econômicas neoliberais. Em seu ponto de vista, elas estimulariam a concentração de renda e agravariam a crise social. Ao contrário, Pinheiro Guimarães defende a adoção de uma fórmula nacional, capaz de promover instalação de empresas de tecnologia de ponta, por meio de proteção comercial, e principalmente de absorver grandes contingentes de trabalhadores. O segmento "não-empregável" nos setores privado e informal, recomenda ele, poderia ser ocupado pelo Estado em tarefas como a coleta de lixo, a construção de estradas e o serviço militar. (Denise Chrispim Marin) (O Estado de S.Paulo, 08.03.2005)

Sintonia fina no cone sul

A ascensão do socialista Tabaré Vázquez à presidência dá novo ímpeto ao Mercosul

Uruguai é um país surpreendente. Durante o governo do presidente colorado José Battle y Ordonéz (1903-1907 e 1911-1915), foi estabelecido o primeiro sistema de previdência da América Latina, os serviços públicos foram nacionalizados, os servidores públicos tiveram suas aposentadorias regulamentadas e a pena de morte foi abolida. Em seu primeiro mandato, Battle ainda investiu contra a então poderosa Igreja Católica, tornando o Uruguai um país laico e até aprovando uma lei de divórcio. Um avanço democrático impensável no início do século XX, em uma região em que os direitos civis ainda engatinhavam. O Brasil, por exemplo, só aprovou o divórcio em 1977 e o Chile em 2003. Em contraposição, na esfera política, o Uruguai levou 174 anos para se livrar do bipartidarismo entre o Partido Blanco e o Partido Colorado. Na terça-feira 1º, quando o presidente Jorge Battle (sobrinho-neto de José Battle y Ordonéz) passou a faixa ao socialista Tabaré Vázquez, 65 anos, um oncologista eleito em outubro passado pela Frente Ampla com 51% dos votos, o Uruguai não apenas encerrou esse ciclo histórico como também se tornou o mais novo integrante do bloco de dirigentes de centro-esquerda da América do Sul que busca fortalecer o Mercosul.

Esses laços de ternura do novo mandatário uruguaio são evidentes com o brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, o argentino Néstor Kirchner, o venezuelano Hugo Chávez e até com o cubano Fidel Castro. Apesar de Castro não ter comparecido à posse, supostamente por razões de saúde, Vázquez restabeleceu prontamente as relações diplomáticas com Cuba, rompidas em 2002 pelo antecessor Battle, aliado do governo Bush. Analistas concordam que Vázquez manterá laços privilegiados com Lula. Já com Chávez, o novo presidente assinou a "Declaración de Montevideo", que prevê a união do Uruguai à Venezuela, ao Brasil, à Argentina e à Bolívia no estabelecimento de uma petrolífera regional, a Petrosul, que deverá refinar e distribuir petróleo no continente. Chávez e Vázquez também acertaram a venda de petróleo venezuelano a preços mais baixos e a compra de carne uruguaia por Caracas. Com Kirchner, deu-se um importante passo nos direitos humanos: Uruguai e Argentina realizarão operações conjuntas para investigar os casos de desaparecidos na Operação Condor, cooperação das ditaduras militares do Cone Sul nas décadas de 70 e 80. Nesse particular, o Brasil também terá sua parcela, já que a Argentina pediu ao governo brasileiro a extradição do coronel da reserva uruguaio Manuel Cordero, que vive foragido em território brasileiro.

Na área econômica, tudo indica que o Uruguai de Vázquez poderá seguir os passos do Brasil de Lula, mais do que os de Kirchner. A indicação de Danilo Astori, uma espécie de Antônio Palocci uruguaio, para a Pasta da Economia, é um sintoma disso. Astori deverá seguir a política neoliberal com rigidez fiscal, taxa de câmbio flutuante e uma política monetária baseada em metas de inflação. Ele admite que será difícil convencer seus colegas de esquerda a manter o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) estabelecido em 2003. "Sem acordo, é impossível gerar mais trabalho", disse ele. O Uruguai, antes chamado de Suíça latina, tem 40% de sua força de trabalho – 1,3 milhão de pessoas – desempregada e subempregada e cerca de 200 mil pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza.

A coalizão centro-esquerdista de Vázquez assume com maioria absoluta no Parlamento, mas a manutenção de uma política econômica ortodoxa poderá gerar conflitos com a base política no longo prazo, principalmente com os ex-guerrilheiros Tupamaros, que lutaram contra a ditadura de 1973-1985 e se tornaram o maior partido da coalizão Frente Ampla. O novo ministro da Agricultura, o popular senador José Pepe Mujica, ex-guerrilheiro que se celebrou por uma campanha contra o uso da gravata no Parlamento, pode ser o contraponto à ortodoxia econômica. Na posse presidencial, El Pepe, 69 anos – dez deles passados no cárcere –, afirmou que "o companheiro Tabaré Vázquez responderá à esperança que o povo uruguaio depositou nele". Resta saber o que Mujica fará se o medo vencer a esperança. *(Kátia Mello) (Istoé, 05.03.2005)*

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>